



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax 3474-1081



Processo: 0147.001.0006003

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Projeto de Lei que *"Dispõe sobre a criação de cargo de Assistente Social e Psicólogos e autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público"*.

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei, de origem do Poder Executivo Municipal, solicitando a aprovação do projeto de Lei que dispõe sobre *a criação de cargo de Assistente Social e Psicólogos e autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público*.

PARECER

Primeiramente, no que diz respeito à iniciativa para a apresentação do projeto, a mesma é exclusiva do Chefe do Executivo, conforme disposto pela Lei Orgânica Municipal;

Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:

(...)

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;

A competência da Câmara de Vereadores para a deliberação respectiva, por sua vez emana das disposições da Lei Orgânica Municipal relativamente ao Poder Legislativo, que transcrevemos:

Art. 36 Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº 51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



VI - criação, classificação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na administração direta e indireta, fixando os respectivos vencimentos, observando os limites e orçamentos anuais e os valores máximos das remunerações, conforme estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Como se vê, trata-se de matéria de iniciativa exclusiva do Poder Executivo Municipal em apresentar a alteração da Estrutura Administrativa.

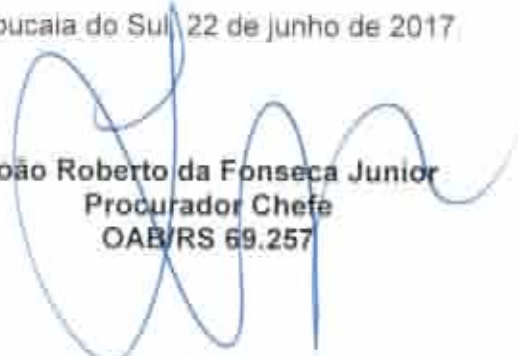
Sendo estas as informações que consideramos pertinentes, deve o processo seguir sua tramitação regimental, com conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, sob o aspecto enfocado a proposta reúne condições de legalidade, estando em conformidade com o ordenamento jurídico pátrio devendo prosseguir para tramitação, discussão e votação da matéria proposta, com conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa

É o parecer.

Sapucaia do Sul, 22 de junho de 2017.


João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257